

Dandara Rodrigues Dorneles | Vanessa Rodrigues Porciuncula | Thiago Pirajira | Cristiane da Silva Costa
Lázaro de Oliveira Evangelista | Carla Beatriz Meinerz | Cristian Poletti Mossi
(Organizadores)

REAFIRMANDO DIREITOS

COTAS, TRAJETÓRIAS E EPISTEMOLOGIAS NEGRAS
E QUILOMBOLAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Prefácio de
Nilma Lino Gomes


PORTO ALEGRE
2020

Copyright © Editora CirKula LTDA, 2020.
1º edição - 2020

Edição, Diagramação e Projeto Gráfico: Mauro Meirelles
Revisão e Normatização: Mauro Meirelles
Capa: Luciana Hoppe
Tiragem: 500 exemplares para distribuição on-line

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP

R287 Reafirmando direitos: cotas, trajetórias e epistemologias negras e quilombolas na pós-graduação [recurso eletrônico] / Dandara Rodrigues Dorneles... [et al.] organizadores; prefácio de Nilma Lino Gomes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2020.
247 p.: il.

ISBN: 978-65-89312-01-7
E-book

1. Cotas raciais – Pós-graduação – Brasil. 2. Ações afirmativas – Universidade pública – Brasil. 3. Epistemologias quilombolas. 4. Epistemologias negras. 5. Educação antirracista. 6. Cultura dos afrodescendentes – Currículo escolar. 7. Estudantes negros. 8. Educação – Relações étnico-raciais. 9. Educação popular. I. Dorneles, Dandara Rodrigues. II. Gomes, Nilma Lino.

CDU: 378.046.4(81)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Editora CirKula
Av. Osvaldo Aranha, 522 - Loja 1 - Bomfim
Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190
e-mail: editora@circula.com.br
Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

AÇÕES AFIRMATIVAS, REPARAÇÃO E (RE)INVENÇÃO DOS ESPAÇOS ACADÊMICOS: VOCÊ SE ATREVE A ABANDONAR O MEDO?

Gládis Elise Pereira da Silva Kaercher

A universidade, na qualidade de instituição acadêmica, se crê universal. Não apenas na denominação linguística, mas na episteme dominante que a atravessa e na pretensão de acolher, na completude, o humano em suas diversas dimensões. Com essa presunção, as Ciências, as Artes, as culturas das diferentes matrizes étnico-raciais sempre fingiram coabitar, de modo plural e democrático, os intramuros dos estabelecimentos de Ensino Superior.

A descoberta de que essa ficção não convencia mais a ninguém se deu, por parte da branquitude que habita as universidades brasileiras, com o movimento recente de adoção de políticas de Ação Afirmativa que, dentre outras dimensões, estabeleceram a reserva de vagas discentes para a Graduação. Aqui na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) este momento marcou os modos de reorganização do racismo, visando impedir ou dificultar a implementação plena da política. Tomo aqui a branquitude como a pertença étnico-racial branca, compreendendo-a como uma construção que, para as pessoas brancas, parece não existir.

Pensada como uma conquista dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negro e indígena, as complexas e demoradas discussões sobre a adoção da reserva de vagas na Graduação, aqui na UFRGS, expôs as feridas advindas das tentativas de resistência que a branquitude levou a termo, durante as deliberações sobre o “se”, “quando” e o “como” as Ações Afirmativas seriam implementadas. Explícitou, ainda, o quanto a questão racial era secundarizada dentro da Universidade: representatividade negra ou indígena, dentro da UFRGS é, no mais das vezes, um discurso vazio, sem materialidade, visível na composição de todos os quadros diretivos e decisórios da Universidade e na constrangedora ausência de outra racialidade que não a branca, por sucessivas gestões ao longo das décadas.

Escrevo este preâmbulo para dizer que estou por aqui há alguns anos, tendo em vista que toda a minha formação, a partir do Ensino

Médio, foi feita na UFRGS; sou, portanto, uma mulher que se acostumou ao olhar de espanto, a mim dirigido por décadas: fui única mulher negra em muitos espaços ocupados ao longo deste tempo.

Quando me tornei professora da UFRGS, em 1997, sabíamos os nomes dos nossos colegas negros e onde estavam, tão poucos nós éramos. Ainda somos poucos negros; ainda sabemos os nossos nomes! Ainda somos olhados com espanto, tanto mais se nossa atenção acadêmica se voltar para o tensionamento do racismo e a demora nas políticas de reparação.

Temos urgência: neste momento histórico a pandemia nos aponta que, novamente, somos nós negros e indígenas que estamos na ponta da foice da morte, sendo aqueles e aquelas que podem ser deixados para morrer. Mas, e há sempre um “mas” nas narrativas e análises, nós somos, minha cara branquitude, aqueles e aquelas que não se deixam abater. Somos os que construíram, junto com uma parcela da branquitude parceira, novos modos de implementar a prometida reparação.

Foi aqui neste Programa que concluí minha Tese de Doutorado em 2005, sob a orientação da professora Dagmar Meyer, investigando representações de negritude e branquitude em um acervo literário de um programa público¹. Faço referência a este trabalho para refletir o quanto, naquele momento, ainda se fazia necessário defender as razões do uso do conceito de raça (tão criticado), explicar o porquê de discutir branquitude (sendo eu uma mulher negra) e, por fim, quais relações estas discussões guardavam com a Educação (tendo em vista que aqui no Sul a Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER, naquele momento, ainda parecia se limitar à Educação Básica).

Se rememoro aqui estas questões é para apontar, por um lado, o quanto andamos: um vasto número de pesquisas já foi produzido no PPGEduc/UFRGS desde então, apontando para as mudanças que essas pesquisas trouxeram, sobretudo, para o próprio Programa, tornando-o mais plural, mais múltiplo e mais conectado com as efetivas transformações acadêmicas que a adoção da reserva de vagas trouxe para a Universidade. Por outro lado, ainda vemos a expressiva ausência de professores negros/as no corpo docente do PPGEduc, fato que reitera a importante estrada que, ainda, precisa ser trilhada pela Instituição.

¹ Tese intitulada “O mundo na caixa: Raça e Gênero no acervo do PNBE 1999”.

Minha trajetória de docente na UFRGS se voltou, em parte, para uma das dimensões das políticas de reparação: a formação de professores, inicial e continuada, para o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), mais especificamente, do artigo 26A que obriga ao Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste lugar passo a coordenar o programa de Extensão UNIAFRO e a integrar o GT 26^a, vinculado ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, um grupo de trabalho que assessora o tribunal e seus auditores no auditamento dos Municípios e do Estado. Deste lugar, acabo por acessar, quando da divulgação dos dados do auditamento, as narrativas de gestores que apontam, na maioria dos casos, para o não entendimento da urgência e pertinência da política de reparação e, pior, o não entendimento de seu papel de gestores neste processo.

Descrevo aqui o caminho que percorri, para dizer do lugar privilegiado que assumo para o acompanhamento da adoção da política de reserva de vagas no PPGEdu/UFRGS: vê-la florescer é a materialização de uma necessidade urgente de formar quadros qualificados para materializar a representatividade de negros e indígenas na ciência brasileira contemporânea e, sobretudo, na formação de quadros para as redes de ensino virem a cumprir seus deveres. Ver a obra que ora se apresenta, reforça a alegria e o orgulho de ver a produção potente e qualificada desta ciência (re)nascida, arejada e compromissada trazida por autores e autoras negros partícipes do PPGEdu/UFRGS.

Vê-los pelos espaços desta UFRGS é, também, reconhecer na materialidade de suas corporeidades, no entrecruzar de olhares que trocamos pelos corredores, um ocupar de espaços que vão além da simples presença física: sua chegada traz consigo a obra de pensadores negros/as, brasileiros e africanos que, sistemática e intencionalmente, foram mantidos distantes dos currículos e programas das disciplinas e dos seminários, quer seja da Graduação, quer seja da Pós-Graduação.

Suas investigações, suas relações com os movimentos sociais, suas especificidades e sua altivez desacomodam e, por certo, talvez assustem a muitos de nós, professores formados em um tempo onde a ciência branca se dizia “A” ciência e as discussões e obras que líamos, nos faziam perpetuar um modo de fazer ciência que reiterava a branquitude e sua visão de mundo, de ciência e de manutenção de privilégios. Se falo nós é porque também eu, negra, fui formada em uma UFRGS racialmente parcial.

Perder o medo implica repactuar nossas relações, compreender que necessitamos reforçar estas políticas – sobretudo de reserva de vagas na Pós-Graduação e nos concursos de docentes – e lutar para que obras como esta sejam mais comuns e frequentes dentro da produção científica e acadêmica de nossa universidade.